

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.334 - RJ (2019/0243629-3)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A**
ADVOGADO : **DANIELLA SOUZA DE OLIVEIRA PESSOA - RJ125710**
AGRAVADO : **CHAIENE COTTA DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **ALBINO DE OLIVEIRA**
AGRAVADO : **NORMA MONTEIRO DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. PRETENSÃO DE APRECIÇÃO DE TESE CONSTITUCIONAL. MANIFESTO DESCABIMENTO. CHAMAMENTO AO PROCESSO. FACULTATIVO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO RAZOÁVEL. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto por **CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.**, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ, fls. 557-558):

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. PASSAGEIRO VÍTIMA DE LATROCÍNIO NO INTERIOR DE ESTAÇÃO DE METRÔ. AUSÊNCIA DE AGENTES DE SEGURANÇA NO LOCAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL CONFIRURADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. APELOS DAS PARTES.

A sentença de procedência parcial condenou o réu a pagar aos autores, a título de danos morais, a quantia de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), sendo R\$20.000,00 (vinte mil reais) para cada um, devidamente corrigida a partir da publicação da sentença e acrescida de juros de mora na taxa de 1% (um por cento) ao mês a partir da data da citação e determinou que o réu suportará as custas do processo e a verba honorária de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria

Pública do Estado do Rio de Janeiro, pois os autores decaíram de parte mínima do pedido.

As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos causados aos usuários, independentemente da existência de culpa. A responsabilidade objetiva do transportador, fundada na teoria do risco do empreendimento, gera obrigação de resultado, caracterizada pelo dever de levar o passageiro incólume ao destino contratado.

Todo aquele que se dispõe a exercer alguma atividade no campo do fornecimento de bens e serviços tem o dever de responder pelos fatos e vícios resultantes do empreendimento, independentemente de culpa.

Pai da primeira autora e filho dos demais demandantes que foi vítima de latrocínio nas dependências da estação do réu situada na Uruguaiana enquanto aguardava na fila para comprar o bilhete de embarque. Ausência de agentes segurança no local onde ocorreu o crime, de modo que os assaltantes não tiveram dificuldade em entrar, praticar o crime e sair da estação. Falha na prestação de serviço.

Concessionária a quem cabe adotar medidas de controle e fiscalização do fluxo de público, assegurando a integridade física dos usuários.

Ineficiência do serviço que não ofereceu a segurança esperada do seu fornecimento. Manutenção da verba fixada a título de danos morais.

Aplicação da orientação contida na súmula 343 deste Egrégio Tribunal de Justiça, segundo o qual a verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação .

CONHECIMENTO e DESPROVIMENTO dos recursos.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 606-610).

Em suas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 625-670), a agravante alegou violação aos arts. 101, II, do Código de Defesa do Consumidor; 130 do Código de Processo Civil de 2015; 1º, 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.149/1974; 144 da Constituição Federal de 1988; e 944 e 945 do Código Civil de 2002; além de dissídio jurisprudencial.

Sustentou, em síntese, que a sentença incorreu em vício ao indeferir o pedido de chamamento ao processo da seguradora, na qualidade de litisconsorte passivo da demanda.

Ressaltou que não possui a responsabilidade de indenizar a família da vítima, pois o incidente não é inerente às suas atividades, asseverando, ademais, que é dever do Estado garantir segurança pública, não cabendo transferir referida responsabilidade ao particular.

Arguiu que não há nexo de causalidade entre o evento danoso e a conduta da concessionária de serviço público, sendo que o fato ocorrido foi de natureza fortuita extrema, imprevisível e inevitável.

Salientou que o valor arbitrado a título de danos morais é exorbitante e fere os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, devendo ser diminuído, tendo em vista, inclusive, a contribuição da vítima para a ocorrência do fato.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 699-706).

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 777-782).

Brevemente relatado, decido.

De plano, vale pontuar que os recursos em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Inicialmente, registre-se ser inviável o exame de afronta a dispositivos constitucionais na via do recurso especial, instrumento processual que se destina a garantir a autoridade e aplicação uniforme da legislação federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. REITERAÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE APRECIACÃO DE TESE CONSTITUCIONAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. MANIFESTO DESCABIMENTO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. CARÁTER PROTELATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA.1. Em vista da clara delimitação constitucional das competências do STJ e do STF, incumbindo a estes Órgãos de superposição, respectivamente, a guarda da Lei Federal e da Constituição Federal, o acórdão ora embargado - que manteve o decidido pelo Tribunal de origem - limitou-se a analisar a controvérsia pelo enfoque infraconstitucional, de

modo que, se o recorrente entende que houve violação da Constituição por parte dos órgãos da Justiça comum, deveria ter interposto oportuno recurso extraordinário para o STF, sob pena de preclusão. Precedentes do STF.² Em sede de recurso especial, "ao STJ não é permitido interferir na competência do STF, sequer para prequestionar questão constitucional suscitada em sede de embargos de declaração, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na CF". (EDcl no AgRg no AREsp 305582/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/06/2013, DJe 13/06/2013)³. Embargos de declaração rejeitados com aplicação de multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC. (EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 172.331/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2013, DJe 11/11/2013)

No tocante ao chamamento da seguradora ao processo, o Tribunal de origem consignou o seguinte (e-STJ, fl. 561):

Inicialmente, insta analisar a preliminar de nulidade da sentença, diante do indeferimento do chamamento ao processo da seguradora. Muito embora o Código de Defesa do Consumidor admita o chamamento ao processo no artigo 101, II, tal modalidade de intervenção de terceiros não é obrigatória. O chamamento do processo implica na convocação de terceiro para integrar o polo passivo da demanda indenizatória, formando um litisconsórcio passivo facultativo, estipulando, assim, a instituição de solidariedade entre o chamante e o chamado perante a parte autora consumidora. Ocorre que o Código de Processo Civil permite que o juiz limite o litisconsórcio facultativo quando este comprometer a rápida solução do litígio, conforme o §1º do art. 113, da legislação processual. No caso concreto, como bem esclarecido pelo juiz a quo, admitir o chamamento ao processo importaria em retardar a solução da demanda, razão pela qual o indeferimento deve ser mantido. Logo, REJEITO a preliminar de nulidade.

Verifica-se que o acórdão impugnado decidiu de acordo com a jurisprudência desta Corte de Justiça, no sentido de que o chamamento ao processo é de natureza facultativa.

Nesse sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ERRO MÉDICO. AUSÊNCIA DE PREPOSIÇÃO DA EQUIPE MÉDICA RESPONSÁVEL PELO PARTO. DENUNCIAÇÃO DA LIDE PELA CLÍNICA RÉ ÀS MÉDICAS ADMITIDA NA ORIGEM. CONVERSÃO PELO TRIBUNAL EM CHAMAMENTO AO PROCESSO. POSSIBILIDADE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. RESULTADOS DISTINTOS PARA OS LITISCONSORTES. ADMISSIBILIDADE. 1. A

aplicação do princípio da fungibilidade entre as modalidades de intervenção de terceiros não configura determinação de ofício da intervenção, pois houve pedido da parte interessada para trazer o terceiro ao processo.² Não se configura julgamento extra petita a qualificação adequada da intervenção de terceiros feita pelo Tribunal a partir dos elementos da causa. Aplicação do princípio narra mihi factum dabo tibi jus.³ Sendo o chamamento ao processo facultativo, instaura-se litisconsórcio simples no polo passivo da demanda, podendo a sentença acarretar soluções distintas para cada um dos litisconsortes.⁴ Recurso especial conhecido e desprovido.(REsp 1453887/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/05/2016, DJe 09/05/2016)

Dessa forma, a revisão do julgado recorrido exigiria o revolvimento das circunstâncias de fato pertinente ao caso, o que não se admite em recurso especial, diante da aplicação da Súmula n. 7 desta Corte.

Com relação à responsabilidade objetiva da empresa, a Corte *a quo*, com base no acervo fático probatório, assim se manifestou (e-STJ, fls. 562-564):

No mérito, tratam os autos de ação indenizatória que foi julgada procedente em parte para condenar a ré ao pagamento de indenização a título de danos morais aos autores em razão do assalto seguido de morte de Alexandre de Oliveira, parente dos autores, acarretada por terceiros nas dependências da ré, enquanto aguardava na fila para comprar um bilhete de embarque no transporte coletivo. Conforme estabelecido no art. 37, §6º, da Constituição da República, é objetiva a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente da existência de culpa. Basta a configuração da conduta danosa, do dano e do nexo de causalidade para que surja o dever de indenizar. Para se afastar a responsabilização deve-se então comprovar a exclusão do nexo causal, ou seja, a ocorrência de caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro. A relação existente entre as partes é de consumo, conforme previsto no §2º do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, devendo ser ressaltado que o art. 22, caput, e o parágrafo único 1 do mesmo diploma legal impõe a aplicação das normas nele contidas às concessionárias de serviço público, estatuinto a necessidade de que a prestação de serviços fornecidos pelas mesmas deve ser eficiente e segura.

Igualmente aplicável à espécie é o art. 14 da Lei 8.078/90, que prevê a responsabilidade objetiva da ré com base na Teoria do Risco do Empreendimento, segundo a qual aquele que se dispõe a exercer qualquer atividade no mercado de consumo, no fornecimento de bens e serviços, deverá suportar os ônus decorrentes dos fatos, vícios e defeitos do produto ou do serviço oferecido, independentemente de

culpa, o que gera obrigação de resultado, caracterizada, no contrato de transporte, como o do caso concreto, pelo dever de levar o passageiro incólume ao destino contratado. Por fim, tem-se que a questão sob exame trata de fato do serviço, hipótese em que a inversão do ônus da prova decorre da própria lei. Suficiente a demonstração do fato lesivo, o dano sofrido e a respectiva relação de causalidade, transferindo para o transportador o ônus de provar a ocorrência de alguma causa de exclusão de sua responsabilidade.

Alega a concessionária apelante que a responsabilidade pelo roubo seguido de morte, que vitimou o familiar dos autores não pode ser imputada a ela, seja por configurar culpa da própria vítima, que exercia atividade de risco, como transportador de valores, seja por configurar caso fortuito externo, já que a morte foi provocada por terceiros, não possuindo responsabilidade pela segurança pública, que cabe ao Estado, configurando fato de terceiro equiparado a caso fortuito. Entretanto, não assiste razão à mesma. O verbete sumular 94 do TJRJ, assim dispõe:

cuidando-se de fortuito interno, o fato de terceiro não exclui o dever do fornecedor de indenizar.

Este verbete aponta que a ocorrência do referido fato, no caso em exame, não tem o condão de afastar responsabilidade da ré, por se trata de fortuito interno, previsível e inerente à atividade empresarial exercida. No caso, cabia à ré promover a melhoria de seu sistema de controle de fluxo de público para evitar que pessoas ingressem e transitem livremente armadas em suas dependências, mantendo agentes de segurança em pontos estratégicos da estação, como nos locais de entrada e saída e nos postos de compra de bilhete, onde se verifica grande movimentação de dinheiro e de passageiros, bem como solicitar auxílio de força policial em horário de grande movimento e nas estações situadas em locais de delitos recorrentes, conforme corretamente asseverado pelo juiz a quo .

A falha na prestação do serviço é evidente, já que não havia agente de segurança entrada e na saída da estação, bem como na fila de compra do bilhete, local onde ocorreu o crime, de modo que os assaltantes não tiveram dificuldades em entrar, praticar o crime e sair livremente da estação, sem serem importunados. Ainda que a concessionária alegue que toda a ação tenha durado apenas 84 (oitenta e quatro) segundos, não comprovou ter adotado as medidas cabíveis para evitar que pudesse acontecer em suas dependências ou ainda, que tivesse tomado as providências adequadas de modo a impedir que os assaltantes ingressassem na estação, cometessem o crime e deixassem livremente o local, sem serem importunados. Cabe à concessionária adotar medidas de controle e fiscalização do fluxo de público, assegurando a integridade física dos usuários e ao não fazê-lo viola o dever de segurança, de preservar o incolumidade dos passageiros, devendo arcar com os riscos de seu empreendimento.

Não está configurada culpa da exclusiva ou concorrente vítima, que exercia atividade de transportador de documentos e valores, trabalhando como office-boy no momento do fato. Isso porque qualquer pessoa que estivesse na estação do metrô poderia ser alvo

dos assaltantes, já que os criminosos não encontraram qualquer resistência na realização da ação. Apesar de categoricamente afirmar não ter agido de forma ilícita a concessionária ré não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, como determina o art. 14, §3.º do Código de Defesa do Consumidor, deixando de comprovar a existência de excludente da sua responsabilidade, capaz de romper o nexo de causalidade. Acrescente-se que o fato exclusivo de terceiro arguido pela apelante insere-se no risco do empreendimento, razão pela qual não se presta como causa excludente do nexo.

(...)

Desse modo, verificado o resultado e o nexo causal e não tendo a concessionária comprovado qualquer das causas excludentes da sua responsabilidade, patente o dever de indenizar e, in casu, o dano moral configura-se *in re ipsa*.

Como se depreende, o acórdão realizou minuciosa análise dos elementos de fato coligidos aos autos, examinando expressa e individualmente o teor das provas documentais e os relatos produzidos pelas testemunhas na instrução do feito. Nesse contexto, compreendeu que a empresa não logrou êxito em comprovar a alegada existência de culpa concorrente ou exclusiva da vítima, firmando convicção quanto à responsabilização civil da agravante pelo acidente ocasionado à vítima amparada no substrato fático-probatório dos autos. Por essa perspectiva, tendo sido toda a controvérsia acerca da dinâmica do evento danoso e solvida à luz do acervo probatório colacionado aos autos, a revisão do acórdão, o reconhecimento e a responsabilização da vítima não dependeriam de mera valoração de provas, mas sim de verdadeiro reexame de matéria fático-probatória, pretensão que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Ademais, é importante rememorar que esta Corte possui entendimento no sentido de que, em regra, a avaliação quanto à necessidade de produção e apreciação de provas pelas instâncias ordinárias é inviável em recurso especial, por incidir o óbice da Súmula n. 7/STJ. Nesse contexto, não há se falar em má valoração da prova, quando o julgador, entendendo substancialmente instruído o feito, motiva a sua decisão na existência de elementos suficientes para formação da sua convicção, conforme o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional, tal como feito na hipótese. Inafastável, no ponto, a Súmula 83/STJ.

No tocante ao pedido alternativo de redução do *quantum* indenizatório, o

Superior Tribunal de Justiça

STJ possui orientação no sentido de que a revisão do valor arbitrado somente é possível quando irrisório ou exorbitante o montante fixado, o que não se visualiza no presente caso, pois o valor fixado na sentença e mantido no acórdão em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada autor da demanda cumpre os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Dessa forma, levando-se em consideração as particularidades do caso concreto, verifica-se que a quantia indenizatória fixada não se mostra desproporcional e sua revisão demandaria inevitavelmente o reexame de matéria fático-probatória, permanecendo incólume a incidência da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer em parte do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília, 06 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator